

PRÁTICAS CURRICULARES: RELAÇÃO PROFESSOR - ALUNO NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Janaína Ferreira¹

Mary Gracy e Silva Lima²

Resumo

O referido trabalho intitulado práticas curriculares: relação professor – aluno na construção do currículo escolar têm como objetivo discutir como o currículo tem sido pensado pela gestão escolar, no intuito de valorizar os conhecimentos prévios dos discentes, levando em consideração a autonomia do professor em suas práticas curriculares dentro da sala de aula. Em decorrência, procuramos comparar as práticas curriculares, apontando novos caminhos para a reorientação do currículo; de modo que possamos discutir os prós e contras do currículo atual, de modo a saber se existe um posicionamento diante da autonomia docente e das múltiplas vivências dos alunos. Para o desenvolvimento deste artigo realizou-se a pesquisa, de abordagem qualitativa, bibliográfica, de caráter exploratório e para a coleta de dados foi realizada por meio de consultas a livros, artigos de internet, de revistas especializadas, sendo fontes credenciadas, organizada de modo a complementar o conhecimento que já existia na temática, apresentando definições e conceitos presentes na prática docente. Dentre as leituras teóricas para fundamentação do trabalho destacamos: Arroyo (2011), Esteban (2008), Lei nº9.394/1996, Libâneo (1998), Moreira & Silva (2013), Paixão (2010), Pacheco (2005), Sacristán (1999), dentre outros que serviram de norte para desenvolvermos nossas reflexões. É necessário um diálogo entre professor e aluno para que a relação seja humana, harmônica, considerando a coautoria, corresponsabilidade dos agentes processuais. Concluímos com este trabalho a compreensão de que a transformação da prática pedagógica deve iniciar a partir da formulação do currículo; o professor precisa entender que a construção do currículo escolar é um processo contínuo, inacabado.

Palavras-chave: Currículo, educação, autonomia do professor.

Introdução

Partindo das leituras feitas acerca do tema identificou – se que a problemática em torno do currículo começa a partir do momento em que a gestão escolar conversa entre si e repassa aos professores o cronograma de conteúdos a serem seguidos em cada ciclo, impondo o que tem de ser trabalhado em sala de aula, sem consultar as nuances que os docentes podem sugerir; o planejamento é feito pela coordenação pedagógica, o professor não tem como planejar,

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, campus Timon – janapersile@outlook.com.

² Professora orientadora: Doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora adjunta na Universidade Estadual Maranhão – UEMA, campus Timon - mgracysl@hotmail.com.

executar, avaliar e reelaborar o processo de ensino – aprendizagem caso o educando não consiga alcançar os objetivos almejados. A partir daí, pensa - se como o currículo pode ser repensado pela gestão escolar no intuito de valorizar os saberes discentes levando em consideração a autonomia dos professores em suas práticas curriculares dentro da sala de aula.

Entende – se que o currículo escolar não pode esta pautado apenas em o professor ensinar todos os conteúdos que o planejamento escolar exige, mas também na compreensão de que é o professor tem que elaborar, seguir um currículo escolar que leve em conta as especificidades de cada aluno; do seu contexto, realidade social; respeitando o tempo de aprendizagem de cada educando.

O interesse em investigar as práticas curriculares: relação professor – aluno na construção do currículo escolar têm como objetivo discutir como o currículo tem sido pensado pela gestão escolar, no intuito de valorizar os conhecimentos prévios dos discentes, levando em consideração a autonomia do professor em suas práticas curriculares dentro da sala de aula. Pretende-se fazer assim uma comparação das práticas curriculares, apontando novos caminhos para a reorientação do currículo, de modo a fazer uma discussão dos pós e contras do currículo atual, para saber se existe um posicionamento diante da autonomia e das múltiplas vivências dos alunos.

Para o desenvolvimento deste artigo realizou-se a pesquisa, de abordagem qualitativa, bibliográfica, de caráter exploratório e para a coleta de dados foi realizada por meio de consultas a livros, artigos de internet, de revistas especializadas, sendo fontes credenciadas, organizada de modo a complementar o conhecimento que já existia na temática, apresentando definições e conceitos presentes na prática docente. Dentre as leituras teóricas para fundamentação do trabalho destacamos: Arroyo (2011), Esteban (2008), Lei n°9.394/1996, Libâneo (1998), Moreira & Silva (2013), Pacheco (2005), Sacristán (1999), Silva (2014) dentre outros que serviram de norte para desenvolvermos nossas reflexões.

2. Descrição metodológica da pesquisa

Para o desenvolvimento deste artigo realizou-se a pesquisa, de abordagem qualitativa, bibliográfica, de caráter exploratório e para a coleta de dados foi realizada por meio de consultas a livros, artigos de internet, de revistas especializadas, sendo fontes credenciadas, organizada de modo a complementar o conhecimento que já existia na temática, apresentando definições e conceitos presentes na prática docente.

Segundo Dias (2017, p. 24), a pesquisa qualitativa é um “conjunto de práticas interpretativas centradas no entendimento do significado das ações do SER HUMANO, no qual é capaz de trabalhar com paradoxos, incertezas dilemas éticos e ambiguidades”.

No que tange aos procedimentos, a pesquisa é exploratória e bibliográfica. De acordo com Corrêa (2008, p. 234), a pesquisa exploratória “é a pesquisa que busca um conhecimento inicial sobre determinado tema ou objeto de estudo”. Comumente este tipo de pesquisa é feita por meio de livros, consultas em sites credenciados.

3. Resultados e Discussão

Algumas reflexões teóricas sobre as práticas curriculares

O currículo pode ser entendido como uma construção social e histórica, um caminho de práticas e vivências educacionais que os alunos percorrem até chegar a um determinado local, sendo composto por um vasto leque de experiências; conceitos; conhecimentos de mundo; vivências sociais, políticas, culturais e econômicas. Em suas práticas curriculares o professor encontra a sua disposição dois grupos seletos de tendências pedagógicas. De um lado as tendências pedagógicas chamadas conservadoras, voltadas para o liberalismo econômico, em ressalva, tendência Tradicional; Escola Nova e Tecnicista. Do outro lado, as teorias pedagógicas denominadas progressistas, voltadas para o progresso social, político, econômico; em ressalva, tendência Libertária, Libertadora e Crítico Social dos Conteúdos.

Trazendo para o currículo temos autores que foram precursores desta tendência destacando como principal Bobbitt, citado por Pacheco (2005, p. 32); o primeiro a formular uma teoria clara de currículo. Com seu livro *The Curriculum* de 1918, defendia que o conteúdo a ser transmitido em sala de aula deveria atender a objetivos previamente estabelecidos, com procedimentos e métodos, visando sempre resultados precisamente mensurados.

De acordo com o autor, o currículo pode ser entendido como um conglomerado de práticas que os educandos experimentam, permeando numa concepção tradicionalista do ensino, visto que, as práticas pedagógicas eram voltadas para a adultização, com o objetivo de moldar comportamentos. Pode-se verificar que a padronização do currículo era realizada de acordo com os ditames da época, focando na eficácia da mão de obra; inexistindo a liberdade, emancipação e autonomia dos alunos. A tendência tradicional de currículo até os dias de hoje

continua disputando espaço no âmbito escolar, em especial, no imaginário dos professores e gestores pedagógicos.

A tendência conservadora também disputa espaço com a teoria crítica do currículo, a mesma emerge com a finalidade de emancipar o conhecimento, libertá-lo de toda memorização antes referenciada, assumindo uma proposta de intervenção refletida e fundamentada. A teoria conservadora é a primeira a organizar as práticas escolares, com intencionalidade política e formativa, que são expressas nas práticas socializantes de cada docente. Desta forma, o currículo é trabalhado analisando as desigualdades sociais, a realidade dos alunos, de fato, a resistência ao sistema opressor. Tendo como defensores Marx, Tadeu da Silva, Moreira e entre outros.

O currículo e a construção da autonomia do professor

O currículo é um espaço político onde inferem relações de poder e de identidade. Não existe neutralidade neste campo tão amplo e disputado, visto que a prática educativa é dotada de intenção e intencionalidades, tendo ligação com o ato de saber planejar, executar e avaliar as atividades desenvolvidas com os alunos em sala de aula (PAIXÃO, 2010), é importante acrescentar também, a existência de vários níveis de currículo, sendo ele: formal, oculto e real; tais níveis diferenciam o quanto o aluno aprendeu ou deixou de aprender. O currículo formal é o que está estabelecido pelos sistemas de ensino, sendo expresso nas diretrizes curriculares e que o corpo docente tem de seguir.

O currículo oculto destaca as inferências de professores no ensino e dos discentes na aprendizagem, valorizando os conhecimentos prévios e as práticas vivenciadas pelos alunos no cotidiano, diz – se que o currículo é oculto porque ele não aparece no planejamento do professor (MOREIRA; SILVA, 1997). O currículo real é praticado em sala de aula com os alunos e professores, seguindo o projeto político pedagógico e planos de ensino (SACRISTÁN, 1999).

É válido ressaltar a presença destes tipos de currículos na sala de aula, sempre fazendo uso da intencionalidade dos sujeitos. A sala de aula é um espaço de disputa de novas identidades profissionais porque é dentro da mesma que o docente tem o seu controle efetivado, é no currículo oculto, em especial, que o mesmo busca agir de forma autônoma, inferindo na aprendizagem do aluno e no que é entendido como o correto a aprender e avaliar. Embora a prática docente ainda esteja submerso numa visão sacralizada e tradicional do currículo, é evidente que as lutas pela autonomia profissional tem tido um progresso nas últimas décadas,

autonomia está que se choca não apenas com os controles gestores, mas também com a rigidez do ordenamento curricular.

No entanto, professores que fogem dos ditames curriculares em sala de aula geralmente enfrentam dificuldades. Não só pelo que ensinar, mas também por que lhe é cobrado pelo gestor; apresentar resultados visíveis e possíveis de serem mensurados a respeito da aprendizagem do aluno. Partindo disso, percebe-se que as diretrizes curriculares perderam sentido inovador, soterradas no caráter impositivo das políticas nacionais e estaduais de avaliação (PROVA BRASIL, SAEB, ENC, IDEB, ENEM, ENCCEJA). Neste sentido, Arroyo (2011, p. 30) afirma que:

As políticas curriculares do que ensinar e como ensinar, do que avaliar, exigir dos professores e dos alunos nas provas escolares e nacionais ou estaduais têm agido como um marco conformador e controlador do trabalho e das identidades profissionais. [Obrigando o professor a] olhar apenas para o que ensinar para obter bons resultados nas avaliações. Submetem a que seu trabalho docente seja avaliado em função apenas desses resultados, que sua carreira, até seus salários sejam condicionados a resultados matemáticos, estatísticos.

O autor destaca que as provas escolares, as avaliações exercem opressão no professor e nos alunos, sendo que o docente está condicionado a valorizar apenas os alunos que obtêm os resultados esperados nas avaliações. Nesta perspectiva, o professor está submetido em seu fazer pedagógico apresentar os melhores resultados nas avaliação institucional e de larga escala. Ao indagar e determinar o que ensinar ou o que avaliar e ainda o que cobrar dos alunos e professores, o currículo demonstra o poder, tanto de alienar quanto de libertar, que exerce sobre a prática docente.

É importante afirmar que o currículo não é neutro, pelo contrário, está imerso em subjetividades haja vista que é formulado por pessoas políticas com interesses e objetivos específicos. As diretrizes da educação básica encaminham como o ensino deve ser aplicado e quais os conteúdos devem ser ministrados, no entanto, desconsideram e secundarizam conhecimentos vivos trazidos pelo aluno, pelas múltiplas culturas e vivências. “Hoje grupos técnicos desconhecidos impõem a todas as escolas e a seus profissionais o que decidem como prioritário ou descartável na garantia do direito ao conhecimento” (ARROYO, 2011, p. 39). Vale ressaltar que esses grupos estão ali em favorecimento da cultura dominante, reforçando portanto aos indivíduos integrantes dessa classe, conhecimentos, e excluindo aqueles que não compreendem o código cultural estabelecido.

Antes de iniciar o ano letivo, as propostas curriculares são elaboradas, compreendendo as competências e habilidades preestabelecidas no currículo, seguindo os conteúdos que já encontram-se perpetuados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Os gestores como “guardiões” do currículo apresentam as normas, os objetivos e são responsáveis pela concretização do mesmo.

Além disso, o sistema vigia e cobra constantemente os professores, o que não é ruim, a crítica não se dá ao fato da normatização ou da organização, pelo contrário, é imprescindível que exista regras e objetivos. No entanto, torna-se é imprescindível lembrar que diferente do corpo gestor, os professores estão na linha de frente deste processo que compreende desde o currículo nacional até o ambiente da sala de aula. Como convive frente a frente com as múltiplas vivências do aluno é importante que o mesmo não seja enclausurado numa prática definitiva, mas que tenha autonomia para criar e recriar quando necessário a sua prática pedagógica.

O professor é mediador do processo de ensino-aprendizagem

Durante muito tempo a prática pedagógica centrava - se no professor, o mesmo era visto como sendo um mero transmissor de conhecimento, de forma que repassava conteúdos e os alunos memorizavam, sem qualquer reflexão. No fim do processo, os alunos reproduziam os conteúdos que lhes eram transmitidos por meio de uma avaliação; desta maneira, torna-se evidente que as informações memorizadas pelos discentes desviava da proposta de um ensino crítico, reflexivo. Hoje, exige-se que o professor produza conhecimentos em sintonia com o aluno e que ambos possam trocar experiências de mundo, estabelecendo uma relação horizontal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 9.934/96, no artigo 26 estabelece que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Embora isto seja cobrado por um documento base da educação, sabe-se que estas considerações não são aplicadas à risca na realidade da educação brasileira. Devido as exigências de resultados, muitos professores se veem obrigados a abrir mão da sua subjetividade, humanidade para preparar alunos visando os testes de eficiência, então o que ocorre é que o currículo estabelece um ensino mais humano, no entanto não proporciona aos docentes os meios para serem realizados.

De acordo com Esteban (2008, p. 15) “a professora precisa tornar o outro sujeito da relação um objeto de conhecimento, interrompendo as relações intersubjetivas – tecidas pelo diálogo que conecta atividades escolares- e transformando-as”. Portanto, conhecer os alunos e fazer parte do papel desempenhado por cada um é um benefício na interação, um fazer pedagógico que vai além dos saberes conteudistas.

Como forma de reforça a ideia de Esteban (2008), Libâneo (1998) afirma que o professor media a relação ativa do aluno com os conteúdos próprios de sua disciplina, levando em consideração o conhecimento, a experiência e o significado que o educando traz à sala de aula; o seu potencial cognitivo; sua capacidade e interesse. Nesse sentido, o conhecimento prévio do aluno tem de ser valorizado, usando a aprendizagem significativa.

Neste sentido, o aluno é, antes de tudo, um ser humano que está em desenvolvimento constante; enfrentando dúvidas, angústias, dificuldades que, por vezes, busca na escola um refúgio dos seus problemas fora dela; entendendo que a escola é uma instituição que mudará sua vida, preferencialmente, para melhor. Assim, se faz necessário que o professor preste a sua solidariedade, principalmente neste momento, incentivando-o, harmonizando, valorizando, possibilitando assim a busca da construção do seu conhecimento a partir das necessidades de cada um.

Faz-se necessário que o professor analise a nossa sociedade como ela transparece, sendo complexa, marcada por um distribuição desigual de renda, poder cultural; devendo reconhecer de maneira plausível as coerções estabelecidas pelos indivíduos que detém poderio. Em destaque, Moreira & Silva (2013, p. 90) mencionam o posicionamento do professor diante do que foi dito anteriormente:

[...] ou seja, deve “reconhecer as próprias raízes” na cultura, na história e nos interesses sociais que lhe deram origem. Consequentemente, ele não homogeneizará essa cultura, essa história e esses interesses sociais, tampouco homogeneizará os alunos. “Tratamento igual” de sexo, raça, etnia, ou classe, de igual nada tem. um currículo e uma pedagogia democráticos devem começar pelo reconhecimento dos “diferentes posicionamentos sociais e repertórios culturais nas salas de aula, bem como das relações de poder entre eles.

Os autores destacam que o professor tem que estabelecer a relação com o aluno de forma à tratá-lo como diferente, único. O tratamento igual com alunos diferentes é balela, dessa forma, para que a pedagogia seja vista como democrática, é fundamental reconhecer as diferenças culturais, posicionamentos políticos, econômicos que cada discente traz consigo. Reconhecer diz respeito às características internas e externas dos alunos, condições de aprendizagem no seu

seio familiar, de instrução; conquistas e realizações; todos são capazes de aprender, com talentos e desafios diversificados. Os educadores precisam ser flexíveis com aqueles alunos por exemplo, que não poderão levar a tarefa de casa concluída para a classe, se falta um lápis, procura saber, comunicar aos pais que o discente não está levando; entender o porquê.

Anteriormente, o professor era o principal no processo de ensino, caracterizando os alunos como tábula rasa, seres passivos de alienação e subordinação, dignos da educação bancária; programando-os para dedicarem-se à moral dos bons costumes, focando na intelectualidade para que o liberalismo econômico acontecesse. O currículo da época era voltado para a memorização de conteúdos programados, sem fazer referência às vivências dos alunos.

Na visão dos progressistas, no espaço escolar o professor tem o papel de mediar a relação dos educandos com o mundo, visando a liberdade, emancipação do aluno; o indivíduo deixa de ser heterônomo e passa a ser autônomo, o que exige estabelecer uma relação de solidariedade, harmonia, companheirismo; valorizando os conhecimentos prévios adquiridos em casa, na socialização.

4. Considerações Finais

Através das leituras feitas em fontes bibliográficas, podemos afirmar a necessidade do currículo escolar adaptar-se as questões sociais, políticas, culturais e econômicas que se fazem presentes na sociedade, vista como complexa. Partindo disto, foi discutido a respeito da interação professor-aluno e sobre a complexa ideia de autonomia docente defendida e até criticada por muitos da área da educação.

De acordo com a intencionalidade do professor, podendo ser a de despertar à criticidade do educando, a fim de que o mesmo tome decisões que destacam a sua cidadania, é necessário um conhecimento das expectativas desse sujeito. Portanto, conhecer o educando implica em saber quem ele é, de onde vem, como chegou até o espaço escolar, o que espera do ano letivo, quais as expectativas que tem por parte do ensino e da sua aprendizagem; é importante manter um vínculo próximo com os discentes.

Embora seja correto que o professor leve em conta as vivências do aluno, muito pouco poderá fazer quando sua prática pedagógica é constantemente avaliada e monitorada, tendo como parâmetros uma transmissão de conteúdos e avaliação de progresso sistemático. Partimos

então para o outro dilema: a autonomia do docente onde entende-se que o profissional da educação que convive frente a frente com os alunos na sala de aula, deveria ter uma maior autonomia, ou pelo menos, uma participação considerável na formação do currículo escolar.

Por meio das múltiplas vivências dos alunos, o educador poderá engajar os alunos intimamente nas metodologias de ensino, dando espaços para se manifestarem quanto às dificuldades de realizar uma expressão numérica, por exemplo; escutá-los no que tange à não fixação do conteúdo programado; pedindo ajuda para elaborar uma aula, perguntando o que poderia ser feito para que compreendessem o tema da aula; sendo um trabalho de coautoria, corresponsabilidade, estabelecendo uma relação harmônica, humana e confiável entre docentes e discentes; sem deixar de seguir o plano de ensino que tanto enclausura o professor, de forma que valoriza os saberes discentes.

Conclui-se que a transformação da prática pedagógica docente no espaço escolar deve iniciar a partir da formulação do currículo, deixando o caráter impositivo e agir em conjunto com aqueles que realmente vivenciam a realidade da sala de aula; o professor e aluno sempre visando valorizar as experiências dos educandos, suas múltiplas vivências e necessidades formativas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, territórios em disputa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 23.ed. Revista e ampliada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CORRÊA, Luiz Nilton. **Metodologia Científica**: para trabalhos acadêmicos e artigos científicos. Florianópolis: Do Autor, 2008.

DIAS, Ricardo de Freitas. **Metodologia Científica**: um guia prático para profissionais da saúde. Petrolina: Amazon e- Book, 2017.

ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). **Escola, currículo e avaliação**, São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora**: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Antônio Flávio Barbosa.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PAIXÃO, Maria do Socorro Estrela. **Organização do trabalho escolar**. São Luís: UemaNet, 2010.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.